

Pragmatismo semiótico: Peirce e Nietzsche¹

Semiotics Pragmatism: Peirce and Nietzsche

Hartwig Frank²

Resumo:

O objetivo do artigo é conceituar o pragmatismo semiótico de Peirce e investigar em que medida Nietzsche pode ser visto como antecipador dessa abordagem. Para Peirce o pragmatismo semiótico consiste em um método de interpretação dos signos através do auxílio de hipóteses pragmaticamente justificadas. Essas hipóteses são alcançadas pela inferência abdutiva: mediante um determinado fato surpreendente uma hipótese nova pode ganhar direito de plausibilidade, colocando sob suspeita aquilo que é habitual e corriqueiro, isto é, as hipóteses mais antigas. Apresenta-se a ideia de que Nietzsche em sua crítica à moral utiliza a estratégia da argumentação abdutiva e, de modo decisivo, a lógica da suspeita: no lugar do fato surpreendente que mobiliza a inferência abdutiva em Peirce entra em cena, em Nietzsche, uma provocação com o intuito de promover [naquele que raciocina] uma transformação de si.

Palavras-chave: Pragmatismo semiótico. Abdução. Peirce. Nietzsche.

Abstract:

The paper aims to conceptualize the semiotic pragmatism of Peirce as well as investigate to what extent Nietzsche can be considered a pragmatist *avant la lettre*. For Peirce semiotic pragmatism consists of a method of sign's interpretation with the aid of assumptions pragmatically justified. These assumptions are achieved by abductive inference: with a certain surprising fact a new hypothesis can receive right to plausibility, putting under suspect what is usual and ordinary, that is, the older hypotheses. It presents the idea that Nietzsche – in his critique of the moral – uses of abductive reasoning strategy and decisively, the logic of suspect: in place of the surprising fact that mobilizes abductive inference by Peirce comes by Nietzsche a provocation in order to promote a self-transformation.

Keywords: Semiotic Pragmatism. Abduction. Peirce. Nietzsche.

Charles Sanders Peirce é tido como fundador do pragmatismo moderno, naquela forma de filosofia pragmática que hoje é classificada como pragmatismo semiótico. Para Peirce, semiótica e pragmatismo se conectam a um método de interpretação de signos (*Zeicheninterpretation*) por meio de formação de hipóteses, e que ele caracteriza com diversas

¹ Esse texto é a reelaboração de uma conferência no Congresso Internacional promovido pela Technische Universität Darmstadt intitulado “Pragmatismus – Philosophie der Zukunft?”, que ocorreu entre os dias 15 e 17 de junho de 2006. Além disso, teve uma versão preliminar publicado in Frank, H. “Semiotischer Pragmatismus. Peirce und Nietzsche”. In: Hetzel, A; Kertscher, M (Hg.). *Pragmatismus. Philosophie der Zukunft?*. Weilerswist: Velbrück-Verlag, 2008. p. 243-252.

Tradução: Jorge Luiz Viesenteiner.

² Professor da Universidade de Greifswald/Alemanha.

denominações, como por exemplo, retrodução, hipótese ou abdução (*Retroduktion, Hypothese oder Abduktion*). Peirce enxergou nesse método a autêntica lógica do pragmatismo.³ Segundo Peirce, a abdução exerce uma função essencialmente lógica e fundamentalmente filosófica para a interpretação de signos, pois ela é o procedimento de inferência lógica que permite produzir, criativamente, novas possibilidades de interpretação no entendimento de signos. Com isso, os signos podem se “multiplicar”⁴, tal como Peirce escreve com vistas à classe de signos do símbolo.

O preço a ser pago pela criatividade da inferência abductiva (*des abduktiven Schlusses*) é, como já conhecido, sua não-validade lógico-formal. Isso pode ser compensado, no entanto, tendo em vista uma bem-sucedida compreensão dos signos – e aqui o pragmatismo recebe sua parte especial no jogo semiológico –, de tal modo que a hipótese, cuja validação lógico-formal não é estritamente demonstrada, possa ser pelo menos tornada *plausível* por meio de ponderações pragmáticas. A margem de atuação (*Spielraum*) no interior da qual pode se movimentar o que é pragmático (*das Pragmatische*), estende-se da escolha que é bem legitimada de forma consciente e racional até toda instintiva analogia que provavelmente tem de possibilitar, tal como Peirce exprime com admiração, que na maioria dos casos a grande quantidade de hipóteses pensáveis são reduzidas a uma pequena quantidade de hipóteses adaptáveis para um determinado caso.⁵

Se no que se segue denomino de “pragmatismo semiótico” a ligação entre semiótica e pragmatismo, aludo com isso ao método de interpretação de signos com o qual se busca pelo significado de signos com o auxílio de hipóteses interpretativas pragmaticamente fundadas. O procedimento lógico exemplar para tal plausibilização na interpretação de signos do pragmatismo semiótico é justamente a inferência abductiva.⁶

Nos termos que determinamos aqui, Nietzsche também poderia ser visto como um defensor *avant la lettre* do pragmatismo semiótico. Sua contribuição nesse aspecto está no contexto de sua crítica, bem como na sua tentativa de uma transvaloração dos valores da moral cristã-europeia. Nietzsche compreendia a moral, especialmente em seus últimos escritos, como uma linguagem semiológica (*Zeichensprache*) na qual se exprimem os afetos resultantes de impulsos vitais que emergem à superfície da consciência. Essa Moral – ou essas

³ Cf. Charles Sanders Peirce. *Vorlesungen über Pragmatismus*. Hamburg. 1991. p. 133

⁴ Cf. Ludwig Nagl. *Charles Sanders Peirce*. Frankfurt am Main/New York. 1992. p. 50

⁵ Cf. Peirce, *op. cit.*, p. 115s.

⁶ Devemos entender aqui por “signo” não apenas o signo linguístico, mas também tudo o que pode ser questionado por seu significado, pois ou ainda não está compreendido ou não foi suficientemente compreendido. Sobre esse conceito de signo, cf. Josef Simon. *Philosophie des Zeichens*. Berlin New / York 1989

“morais” como Nietzsche também fala frequentemente no plural – entendida como um “falar por signos” (*Zeichenrede*) de hipóteses interpretativas, Nietzsche buscou sustentar em sua obra tardia a partir de diversas proposições com outras hipóteses de interpretação de signos.

Nesse artigo, vou partir de uma formulação padrão da inferência abdutiva em Peirce, de modo a perseguir a seguinte questão: em que medida as estratégias argumentativas de Nietzsche no âmbito da crítica à moral podem ser entendidas como abduções.

1. Abdução como justificação do direito de plausibilidade: Peirce e a inferência abdutiva

A inferência abdutiva, segundo Peirce, possui a seguinte estrutura: “O fato surpreendente C é observado; mas se A fosse verdadeiro, então C seria uma conclusão autoevidente; portanto, é possível presumir que A é verdadeiro”.⁷

Do ponto de visto lógico-formal, as inferências C, bem como se A então C, em torno de A não são válidas. A intenção que Peirce relaciona com essa forma de inferência, porém, de modo algum consiste em formular uma regra válida lógico-formalmente, mas muito mais de se atentar à parte da formulação peirceana que justamente não pertence à estrutura formal da inferência. Nesse sentido, é importante: (1) que o fato C deve ser surpreendente, (2) que C, por meio da hipótese A, seja uma conclusão autoevidente e, por isso mesmo, (3) que A possa ser presumida e fundamentada (there is reason to suspect, na expressão de Peirce). A partir disso, a inferência abdutiva pode ser formulada da seguinte maneira: uma hipótese, por meio da qual algo inicialmente implausível pode ser convertida em plausível, torna-se por isso mesmo plausível ela mesma. Isso significa, portanto, que por meio da inferência abdutiva não são exploradas nem a verdade da hipótese A, pois a inferência não é válida formalmente, nem o conteúdo da hipótese, pois já tem de ser dado na segunda premissa [“mas se A fosse verdadeiro, então C seria uma conclusão autoevidente” – JLV], mas sim as plausibilidades da hipótese. Tal como Matthias Kettner formula, na inferência abdutiva é explorada justamente um “direito de plausibilidade”⁸ da hipótese.

Mas como se sabe, a introdução de um novo direito frequentemente entra em rota de colisão com direitos mais antigos, e isso não deveria ser excluído no caso de reivindicações de plausibilidade. A formulação acima da inferência abdutiva fornecida por Peirce poderia até

⁷ Cf. Uwe Wirth. „Zwischen Zeichen und Hypothese: für eine abduktive Wende in der Sprachphilosophie“. In: Uwe Wirth (Hg.). *Die Welt als Zeichen und Hypothese. Perspektiven des semiotischen Pragmatismus von Charles. S. Peirce*. Frankfurt am Main, 2000. p. 138

⁸ Matthias Kettner. „Peirce, Grünbaum und Freud“. In: U. Wirth (Hg.), *op. cit.*, p. 295

mesmo ser um indício disso. De qualquer modo, conforme a interessante sugestão de interpretação feita por Uwe Wirth, a propósito dessa formulação, trata-se do fato de que na expressão “there is reason to suspect”, com a qual Peirce caracteriza a conclusão, “suspect” nem mesmo pode ser traduzido por “presumir” (*vermuten*), que aqui seria algo adequado, mas tem de ser traduzido por “suspeitar” (*verdächtigen*). De acordo com Wirth, “a aceitação de que o antecedente A possivelmente poderia conduzir à conclusão C, assenta-se sobre uma suspeita da parte daquele que raciocina.”⁹ Isso significa: a suposição fundamentada (*Vermutung*), que na conclusão da inferência abdutiva é expressa com vistas à hipótese A, também pode ser inicialmente apenas uma suspeita fundamentada (*Verdacht*). Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que com a justificação de um novo direito de plausibilidade, outras plausibilidades que já existiam, ou em outras palavras, outras convicções e estimativas de valor existentes naquele que raciocina [o observador que raciocina – JLV] também poderiam ser simultaneamente tangenciadas, e na verdade de tal modo que, um argumento que ponha em questão o que é habitual e corriqueiro, pudesse aparecer em primeiro lugar como suspeito (*verdächtig*).

Com isso, a inferência abdutiva vai além do âmbito do procedimento conclusivo meramente formal em pelo menos dois importantes aspectos: por um lado, – tal como sugere Wirth em outro lugar – parece ser precisamente “indispensável introduzir uma teoria de fundo B anterior, sob cujo pano de fundo unicamente o fato C atua de forma surpreendente, na medida em que ele frustra as expectativas implícitas de B.” A hipótese A deve então modificar de tal modo a teoria de fundo B, “que C não aparece mais como ‘surpreendente incoerência’.”¹⁰ Por outro lado, porém, a situação – aquela em que algo teria de ser modificado no pano de fundo B – também pode igualmente despertar suspeita. Uma tal suspeita seria então especialmente esperada, se não fosse apenas uma mera teoria que molde o pano de fundo B, mas sim que fosse uma suspeita despertada no reservatório de convicções e estimativas de valor fundamentais justamente daquele que faz a inferência. A suspeita então poderia se direcionar, de maneira renovada, ao procedimento abduativo, e na verdade não porque ele não é formalmente correto, mas sobretudo porque a ele poderia estar associada uma forte modificação nas próprias convicções e estimativas de valor.

Nesse ponto, porém, a forma do procedimento se altera radicalmente. O procedimento abduativo poderia ser empregado precisamente de forma inversa, a fim de

⁹ Uwe Wirth. „Vom freien Spiel der Einbildungskraft zum Spiel der Wissenschaft: Die Rolle der Abduktion“. In: *Zeitschrift für Semiotik* 23.3-4 (2001), p. 386

¹⁰ U. Wirth. „Zwischen Zeichen und Hypothese“, p. 138

direcionar intencionalmente uma suspeita sobre o pano de fundo das usuais convicções e estimativas de valor de cada um de nós, colocando-as então em dúvida para justamente causar insegurança naquilo que é usual e plausível e, talvez, desmascará-las como ilusão.

Entretanto, poderia ser algo equivocado querer prescrever a Peirce essa possibilidade explicada de uma radical modificação da argumentação abdutiva, a propósito de uma lógica da suspeita. Pois para Peirce, a abdução, juntamente com a dedução e a indução, forma o conjunto lógico-argumentativo de um processo de conhecimento nas ciências tal como no mundo da vida (*Lebenswelt*), no interior do qual podem ocorrer mudanças nas usuais concepções e formas de comportamento, sem que com isso seja efetivamente provocada uma suspeita contra as convicções morais de cada um. No entanto, se isso pode não ser o caso em Peirce, para Nietzsche, ao contrário, a estratégia da argumentação abdutiva, inclusive essa lógica da suspeita, parece ser exatamente algo característico na sua crítica à moral. Com isso, podemos fixar um ponto de fundamental consenso entre as proposições do pragmatismo semiótico de Peirce e Nietzsche: em ambos os autores, o procedimento abduativo de interpretação de signos por meio da formação de hipóteses justificadas pragmaticamente, poderia exercer um importante papel lógico-argumentativo.

2. Abdução como provocação por plausibilidades. O pragmatismo semiótico de Nietzsche

Ao final da sua vida consciente, Nietzsche poderia provavelmente reconhecer “toda sua obra como uma ‘semiótica’”, embora ele tenha descoberto só relativamente tarde a importância da semiótica para seu filosofar.¹¹ Em primeiro lugar, signos para Nietzsche são sinais, sintomas. A expressão “semiótica” em Nietzsche é frequentemente associada à “sintomatologia” (“sintomática”, “doutrina de sintomas”). Essa equiparação de semiótica com sintomatologia aparece, por sua vez, propriamente sintomática para o próprio Nietzsche. A doutrina de sintomas tem sua origem no diagnóstico médico. Nietzsche sempre entendeu a interpretação de signos como uma forma de diagnóstico, mas em se tratando da sua crítica à moral ele relacionava essa forma de diagnóstico a uma doença, a “doença europeia” da *décadence*.¹² Nietzsche quis com seus escritos não apenas diagnosticar essa doença, mas

¹¹ Mais precisamente no início dos anos de 1880. Cf. Werner Stegmaier. „Nietzsches Zeichen“. In: Nietzsche-Studien 29 (2000), p. 59; Do mesmo autor, cf. „Nietzsches Lehren, Nietzsches Zeichen“. In: Renate Reschke (Hg.). *Zeitenwende – Wertewende*. Berlin, 2001. p. 90

¹² Cf. Martin Stingelin. „Historie als ‚Versuch das Heraklitische Werden [...] in Zeichen abzukürzen‘: Zeichen und Geschichte in Nietzsches Spätwerk“. In: *Nietzsche-Studien* 22 (1993), p. 33

também – e isso me parece importante enfatizar para a caracterização da orientação pragmática de sua semiótica – contribuir para sua terapia.

Interpretação de sintoma com a finalidade de diagnóstico e terapia é um procedimento apenas pragmaticamente justificado. Nesse sentido, Kant já havia situado em sua diferenciação dos modos do “ter por verdadeiro” das crenças no agir ou das crenças pragmáticas, quando ele demonstrou essa forma de interpretação semiológica de forma exemplar na atividade médica que, na medida em que o médico age, ou seja, na medida em que tem de tratar o paciente, o diagnóstico, em virtude do sintoma da doença, poderia ser estabelecido somente segundo o melhor juízo e consciência, mas nunca com segurança absoluta. Trata-se então sempre de uma crença pragmaticamente justificada.

Se Nietzsche compreende a crítica à moral como interpretação semiológica e esta, por sua vez, sobretudo como sintomatologia, isso indica que ele estava inteiramente consciente do condicionamento pragmático desse procedimento. Podemos ver isso, por exemplo, em suas reflexões sobre a escolha, especialmente na escolha entre alternativas de interpretação. Stefan Brotbeck já mostrou em seu artigo publicado nos *Nietzsche-Studien*, o fato de que em Nietzsche também pode ser empregado a forma da inferência abduativa – para empregarmos a terminologia peirceana –, na medida em que Brotbeck investigou na palavra “adivinhar”, tanto nos textos publicados e póstumos de Nietzsche, uma associação com a inferência abduativa.¹³

No *Crepúsculo dos ídolos* Nietzsche resumiu da seguinte maneira seu programa de uma crítica semiótica da moral em sentido pragmático que, apesar de concisa, é bem fecunda:

Conhece-se minha exigência ao filósofo de colocar-se *para além* de bem e mal, — de que possua *abaixo* de si as ilusões do juízo moral. Essa exigência deriva de uma concepção [*Einsicht*] que foi formulada por mim pela primeira vez: *de que não existem absolutamente fatos morais*. O juízo moral tem em comum com o juízo religioso o fato de acreditar em realidades que não o são. Moral é apenas uma interpretação de certos fenômenos, falando de forma mais específica, uma interpretação *equivocada*. O juízo moral, assim como o religioso, pertence a um grau de ignorância em que ainda falta, ao próprio conceito de real, a distinção entre real e imaginário: de maneira que, em tais níveis, “verdade” designa coisas que hoje chamamos de “imaginações”. O juízo moral, conseqüentemente, nunca tem de ser considerado literalmente: como tal, ele sempre contém apenas contrassensos. Permanece inestimável, porém, como *semiótica*: ele revela, pelo menos àquele que sabe, as mais valiosas realidades de culturas e interioridades, que não *sabiam* o suficiente para poder “entender” a si mesmas. Moral é um mero falar em signos,

¹³ Stefan Brotbeck. „Nietzsche erraten“. In: *Nietzsche-Studien* 19 (1990), p. 146. Brotbeck também explica nesse contexto a suposição de que não seria improvável que Nietzsche tenha lido Peirce, especialmente os artigos originalmente publicados em 1878 e 1879 na *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, e intitulados, respectivamente, „Comment si fixe la croyance“ e „Comment rendre nos idées claires“.

mera sintomatologia: tem de se já saber *de que* se trata, para tirar vantagem dela (CI, Os melhoradores da humanidade, 1)¹⁴.

A orientação semiótica desse programa depreende-se da citação acima. Por isso, gostaria nesse ponto de enfatizar alguns aspectos pragmáticos não tão evidentes desse texto. Tais aspectos me parecem mais relevantes sobretudo nas frases finais, nas quais Nietzsche faz referência à necessidade de um certo “saber” anterior, para poder tirar proveito da abordagem semiótica na análise moral, bem como inclusive poder realizá-la.

Em primeiro lugar, a análise semiótica da moral está diante de um problema lógico, sobre o qual Nietzsche refletiu no livro V de *A gaia ciência* acrescentado em 1886 da seguinte maneira: “meu olhar se tornou cada vez mais apurado para a mais difícil e ardilosa forma de *inferência regressiva*, no qual os maiores erros são cometidos – a inferência regressiva que vai da obra ao autor, da ação ao agente, do ideal ao que dele *tem necessidade*, daquela maneira de pensar e avaliar à *necessidade* que comanda por trás dela.” (GC 370) Conforme Nietzsche mostra no decorrer desse aforismo, tratar-se-ia não de seguir as interpretações que “mais saltam aos olhos” em tais raciocínios regressivos, mas procurar por aquelas interpretações que exigem os menores esforços interpretativos. Trata-se, pois, de um critério pragmático que deve ser escolhido entre as variantes interpretativas. A efetividade de uma interpretação no sentido desse critério, porém, depende daquilo que, na interpretação, é efetivamente levado em conta, e isso, segundo Nietzsche, pode novamente ser apenas interpretação. Nessa rede de interpretações revelam-se então as que são mais efetivas, às quais seguem a maioria dos posicionamentos. Essas interpretações que mais exercem efeito também representam justamente aquele saber anterior que o semiólogo da moral já tem de dispor e, com isso, esse saber é justificado pragmaticamente.

O que já se teria de saber, ou seja, aquilo que já se teria de dispor a fim de entender o “falar em signos” da moral, bem como poder interpretar a sintomatologia da moral é, portanto, um pacote de hipóteses de interpretação comprovadas e legitimadas. De uma maneira abreviada e genericamente esboçada, mas também sem pretender de forma alguma uma enumeração completa, os seguintes pontos fazem parte da crítica de Nietzsche à moral:

1. A moral como superfície da vida real

A moral como falar em signos e sintomatologia é, para Nietzsche, parte da superfície da vida real, parte de uma superfície que é formada pela consciência. Na medida em que

¹⁴ F. Nietzsche. *Crepúsculo dos ídolos*, „Os melhoradores da humanidade“ 1. In: Kritische Studienausgabe, hg. von Giorgio Colli und Mazzino Montinari, Berlin / New York und München 1999. Bd.6, p. 98

moral é sempre moral que se torna consciente, então ela não pertence “efetivamente à existência individual do homem”, mas pertence “àquilo que nele é de natureza gregária e de rebanho”. (GC 354)

2. A moral como resultado de uma múltipla semiologização

O que é formulado linguisticamente no “falar em signos” são os afetos. Mas esses afetos são, por sua vez, propriamente “uma linguagem semiológica das funções de todo organismo.” (Nachlass Frühjahr-Sommer 1883, 7[60], KSA 10, p. 261. Cf. também BM 187)

3. A moral como inversão de perspectiva na avaliação de ações

Segundo Nietzsche, o período moral da humanidade começa com o fato de que as ações não são mais julgadas segundo suas consequências, mas sim a partir da intenção existente nelas. O valor moral da ação fica então depositada na intenção com a qual ela é conduzida e, com isso, exposta sua proveniência e pré-história. No entanto, escreve Nietzsche, a intenção é ela própria “apenas um signo e sintoma” que “exige primeiramente uma interpretação”. (BM 32)

4. Moral como preconceito

Mas hoje em dia, pergunta Nietzsche, não deveria “pelo menos provocar em nós, imoralistas, a suspeita” de que “o valor decisivo de uma ação deveria estar precisamente naquilo que nela é *não-intencional*, e que toda sua intencionalidade, tudo que pode ser visto, sabido, tornado consciente nessa intencionalidade, pertenceria ainda apenas à sua superfície e pele, – que, como toda pele, revela algo mas também *esconde* algo? Em resumo [...] acreditamos que a moral, no sentido que vigorou até agora, foi apenas moral de intenções, foi um preconceito, [...] algo que tem de ser superado.” E Nietzsche acrescenta ainda: “A superação da moral” teria de ser “em certo sentido até mesmo a autossuperação da moral.” (BM 32)

Nessa enumeração – que como dissemos de modo algum é completa, servindo muito mais de ilustração – são formuladas hipóteses legitimadas pragmaticamente e fundamentais para a crítica de Nietzsche à moral. Para o filósofo, essas hipóteses pertencem à rede de hipóteses que ele reúne em uma única tese principal: não haveria precisamente fatos morais, fenômenos morais, mas apenas uma interpretação moral dos fenômenos que, no entanto,

sempre permaneceria uma má-interpretação, caso não se reconheça que a própria interpretação moral é de origem extramoral. (CI, Os melhoradores da humanidade 1)

Nietzsche denomina essa frase como sua tese principal (*Hauptsatz*), pois vem à tona nela o papel decisivo no desencantamento argumentativo da moral. Nietzsche apresenta justamente em uma estratégia de argumentação abdutiva tanto a hipótese plausível, quanto também a hipótese a se tornar plausível, com a qual uma suspeita – que forçosamente suscita argumentações morais se as convicções fundamentais e as estimativas de valor vitais são atingidas – deve ser reorientada: essa suspeita deve ser guiada pelas próprias argumentações – contra as quais inicialmente ela poderia ser direcionada –, a partir e sobre o pano de fundo das convicções morais e estimativas de valor daquele que suspeita.

A estratégia de argumentação abdutiva pode ser apenas esquematicamente esboçada: no lugar da observação de um fato surpreendente, por meio do qual o argumento abduativo é deflagrado em Peirce, entra em cena principalmente uma provocação muito pontual em Nietzsche. Tal provocação representa mais ou menos a afirmação do homem louco no aforismo 125 de *A gaia ciência*, segundo a qual todos nós, tanto os que ainda acreditam quanto os que não mais acreditam em Deus, o matamos e, na verdade, nós o matamos – e aqui está o ponto culminante da provocação – sem que nos tenhamos tornado conscientes da ação e, por isso, desconhecendo também suas consequências.

Se a provocação obtém sucesso, então ela acaba induzindo nos endereçados, p.ex., nos leitores do texto de Nietzsche, uma contrarreação que num primeiro momento pode também estar moralmente condicionada, de modo a se manifestar como suspeita contra o texto e seu autor. Mas os motivos ocultos e os condicionantes da provocação são indicados em uma rede de hipóteses correspondentes ao contexto mesmo da provocação, de modo a torná-los observáveis por meio desse contexto, de modo que sua posição é convertida em plausível e eles próprios [os motivos ocultos e os condicionantes da provocação – JLV] aceitáveis. Tão logo a aceitação é bem-sucedida, então a rede de hipóteses também ganha plausibilidade. Com isso, a suspeita sobre o texto e o autor pode sofrer um desvio, sendo redirecionada em uma interpretação posterior da própria tese principal de Nietzsche a propósito da moral, isto é, a propósito de determinadas estimativas de valor e juízos morais de cada um de nós. O diagnóstico se converte então, simultaneamente, em terapia.

Essa apresentação genérica e esquemática teria que ser investigada com detalhes em diferentes contextos da crítica de Nietzsche à moral. Para dar um exemplo, escolho o aforismo 344 de *A gaia ciência*. O título do parágrafo – “Em que medida nós também ainda somos

devotos” – já caracteriza a intencionada provocação, especialmente por conta da palavra “devoto”. Mas o que torna especialmente atrativo nesse parágrafo para minha interpretação é a palavra “nós” no título. Tal como se segue do parágrafo precedente, os “espíritos livres” é que estão em questão nesse ponto, espíritos esses aos quais Nietzsche também se inclui, de modo que ele mesmo é um endereçado da provocação. Chame-se atenção nesse caso ao como uma rede de hipóteses é construída, a fim de tornar plausível o fato de que a maioria dos empreendimentos teóricos que reivindicam objetividades, como a ciência, também é fundada em convicção, e que essa convicção é igualmente uma convicção moral. No caso da ciência, a convicção se revela como crença metafísica. Precisamente dessa crença – uma “crença cristã que também era a de Platão, a saber, que Deus é a verdade e que a verdade é divina” – “também nós, homens do conhecimento de hoje, nós os sem-Deus e antimetafísicos”, pegamos “*nosso fogo*” e, justamente por isso, nós ainda somos devotos. A provocação é então reunida em um contexto de interpretação, por meio do qual ela se torna aceitável (pois como Nietzsche continua no aforismo, nós ainda acendemos nosso fogo “na mesma chama [...] milenar na qual a antiga crença também acendia”). Ao mesmo tempo se torna plausível o fato de que a provocação contra nossa devoção não diz respeito a nenhum fenômeno moral, mas sim a uma interpretação moral, e a própria provocação é que nos fica à disposição para interpretar. O aforismo termina aludindo a uma alternativa de interpretação que é contraposta radicalmente à interpretação moral de até então, mas que precisamente por isso conserva ligação com ela e, portanto, sempre ainda conserva a devoção daquele que interpreta: “Mas como [...] se nada mais se revela divino, a não ser o erro, a cegueira, a mentira, – se propriamente Deus se revela a nossa mais longa mentira?” Assim, a suspeita da provocação é direcionada ao provocado e sua moral. O fato de que isso é efetivamente intencionado por Nietzsche nos confirma também a transição para o aforismo seguinte, o 345, que traz como título “Moral como problema” e começa com a frase: “A falta de personalidade vinga-se por toda parte”. Nietzsche torna então a falar do condicionante moral da ciência, mas agora a partir da perspectiva da pessoa: “Faz uma enorme diferença se um pensador se coloca pessoalmente em seus problemas, de modo que ele tenha neles seu destino, sua necessidade e também sua felicidade, ou então ‘impessoalmente’, isto é, quando entende de tocá-los e apreendê-los apenas com os tentáculos do frio e curioso pensamento. Nesse último caso, pode-se garantir que nada resulta daí” (GC 345).

Por fim, gostaria aqui de prevenir sobre um equívoco na interpretação que propus, a propósito da estratégia de argumentação abdutiva na crítica à moral. Pelo fato de que nessa

estratégia tenha de existir o momento da surpresa em um posicionamento que intencionalmente cause provocação, poder-se-ia então presumir que em Nietzsche todo procedimento deveria ter por objetivo apenas um rápido efeito. Contra esse equívoco, Nietzsche sabia certamente que é necessário muito tempo para que fundamentais convicções morais e estimativas de valor possam se transformar.¹⁵ Tal como Peirce em seu pragmatismo semiótico, para o qual hábitos e formas de comportamento podem ser modificados a longo prazo pelo conhecimento, da mesma maneira Nietzsche vislumbrou um grande período para essa transformação. E igualmente nesse ponto também é possível enxergar uma significativa concordância dessas duas versões do pragmatismo semiótico.

¹⁵ Cinco anos depois que o ‚homem louco‘ anunciou sua provocação, Nietzsche começa o Livro V acrescentado posteriormente em *A gaia ciência* da seguinte forma: “O maior acontecimento recente – que ‘deus está morto’, que a crença no Deus cristão se tornou desacreditada –, já começa a lançar suas primeiras sombras sobre a Europa. [...] Entretanto: “o acontecimento é muito grande, muito distante, muito à margem da capacidade de compreensão de muitos, para que seja possível imaginar que mesmo sua notícia tenha chegado; sem falar no fato de que muitos soubessem o que efetivamente aconteceu – e tudo que será sepultado juntamente com essa crença, doravante tem de ruir, pois estava construído sobre ela, apoiado nela, crescia a partir dela: por exemplo, toda nossa moral europeia.” (GC 343)

Referências

- BROTBECK, Stefan. „Nietzsche erraten“. In: **Nietzsche-Studien** 19 (1990), p. 143-175.
- KETTNER, Matthias. „Peirce, Grünbaum und Freud“. In: U. Wirth (Hg.), **Die Welt als Zeichen und Hypothese. Perspektiven des semiotischen Pragmatismus von Charles. S. Peirce**. Frankfurt am Main, 2000.
- NAGL, Ludwig. **Charles Sanders Peirce**. Frankfurt am Main/New York. 1992.
- NIETZSCHE, F. **Kritische Studienausgabe (KSA)**. (Hg.) von Giorgio Colli und Mazzino Montinari, Berlin / New York und München, 1999.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Vorlesungen über Pragmatismus**. Hamburg. 1991.
- STEGMAIER, Werner. „Nietzsches Zeichen“. In: **Nietzsche-Studien** 29 (2000), p. 41-69.
- STINGELIN, Martin. „Historie als ‚Versuch das Heraklitische Werden [...] in Zeichen abzukürzen‘: Zeichen und Geschichte in Nietzsches Spätwerk“. In: **Nietzsche-Studien** 22 (1993), p. 28-41.
- WIRTH, Uwe. „Zwischen Zeichen und Hypothese: für eine abduktive Wende in der Sprachphilosophie“. In: Uwe Wirth (Hg.). **Die Welt als Zeichen und Hypothese. Perspektiven des semiotischen Pragmatismus von Charles. S. Peirce**. Frankfurt am Main, 2000.
- _____. „Vom freien Spiel der Einbildungskraft zum Spiel der Wissenschaft: Die Rolle der Abduktion“. In: **Zeitschrift für Semiotik** 23.3-4 (2001), p. 379-392.